

**“TERRA A VISTA!”: APROPRIAÇÃO DE TERRAS E RECURSOS
TERRITORIAIS PELAS MINERADORAS MULTINACIONAIS NO
MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)**

**“LAND IN SIGHT!”: APPROPRIATION OF LAND AND
TERRITORIAL RESOURCES BY MULTINATIONAL MINERS IN
THE MUNICIPALITY OF CATALÃO (GO)**

**“TIERRA A VISTA!”: APROPRIACIÓN DE TIERRAS Y
RECURSOS TERRITORIALES POR LAS MINERÍAS
MULTINACIONALES EN EL MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)**

Leon Martins Carriconde¹

leon.azevedo@hotmail.com

Juscelino Eudâmidas Bezerra²

jebgeo@unb.br

RESUMO: A partir do século XXI iniciou-se um novo ciclo global colonialista de apropriação de terras e recursos territoriais. No Brasil e na América Latina, esse processo foi promovido por uma variedade de governos através de projetos neoextrativistas e neodesenvolvimentistas em aliança com o capital corporativo nacional e internacional. O município de Catalão (GO) apresenta particularidades que materializam esse processo em virtude da presença de grandes projetos de exploração de minério pelas empresas Mosaic (norte-americana) e CMOC (chinesa). A pesquisa tem como objetivo analisar a atuação de empresas multinacionais do setor de mineração em Catalão de modo a identificar os impactos para as populações camponesas. Como resultado do estudo, constatou-se a consecução de um conjunto de estratégias expropriatórias por meio de mecanismos jurídicos, ideológicos, econômicos e políticos cujo resultado foi a ampliação do uso de recursos naturais para fins mercadológicos e a desterritorialização e reterritorialização das populações camponesas.

Palavras chave: Apropriação de terras, Neoextrativismo, Mineração, Catalão, Colonialismo.

ABSTRACT: From the 21st century onwards, a new global colonialist cycle of appropriation of land and territorial resources began. In Brazil and Latin America, this process was promoted by a variety of governments through neo-extractivism and neo-developmentalism projects in alliance with national and international corporate capital. The municipality of Catalão (GO) has particularities that

¹ Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de Geografia da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

² Professor Adjunto dos cursos de graduação e pós-graduação do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq GovernAGRO e membro do Laboratório GeoRedes.

materialize this process due to the presence of large mineral ore exploration projects by Mosaic (USA) and CMOC (China). This research aims to analyze the performance of multinational companies in the mining sector in Catalão in order to identify the impacts on peasant populations. As a result of the study, a set of expropriation strategies was achieved through legal, ideological, economic and political mechanisms that resulted in the expansion of the use of natural resources for market purposes and the deterritorialization and reterritorialization of peasant populations.

Keywords: Land appropriation, Neo-extractivism, Mining, Catalão, Colonialism.

RESUMEN: A partir del siglo XXI empezó un nuevo ciclo colonialista global de apropiación de tierras y recursos territoriales. En Brasil y América Latina, este proceso fue promovido por una variedad de gobiernos a través de proyectos neoextractivismo y neodesarrollismo en alianza con el capital corporativo nacional e internacional. El municipio de Catalão (GO) presenta particularidades que materializan este proceso debido a la presencia de grandes proyectos de exploración mineral por las empresas Mosaic (EUA) y CMOC (China). Esta investigación tiene como objetivo analizar la actuación de las empresas multinacionales en el sector minero en Catalão para identificar los impactos para las poblaciones campesinas. Como resultado del estudio, se logró un conjunto de estrategias de expropiación mediante mecanismos jurídicos, ideológicos, económicos y políticos que dieron lugar a la expansión del uso de los recursos naturales con fines de mercado y a la desterritorialización y reterritorialización de las poblaciones campesinas.

Palabras clave: Apropiación de tierras, Neoextractivismo, Minería, Catalão, Colonialismo.

INTRODUÇÃO

A ocupação do que viria a ser o continente americano evidenciou o intento das potências coloniais a época em conquistar novos territórios como uma estratégia de aumentar seu poder político e econômico. Nesse sentido, ao se ouvir o grito “terra à vista” entre os tripulantes da nau comandada por Pedro Álvaro Cabral no momento em que avistaram o solo tupiniquim, o mesmo simbolizou num sentido mais amplo a busca desenfreada por terra.

Dito de outro modo, representou igualmente o início de uma profunda era de transformações globais nas relações de poder ao ajudar a instituir o processo histórico de colonização na América (e também Ásia e África). Processo esse que Porto Goncalves (2006) chamou de *modernidade* e Arrighi, Hopkins e Wallerstein (1999) denominaram de *sistema-mundo*.

A terra avistada pelos europeus pelos idos de 1492 não era apenas elemento natural ou fator de produção. A terra do *Novo Mundo* ganhou contornos políticos, distintos significados e usos sendo marcada por inúmeras guerrilhas, revoluções, levantes, processos de resistência e contínuas demarcações de fronteiras. Todos os conflitos de uma forma ou de outra exibiam características de extorsão e pilhagem de recursos naturais através da violência como prática e linguagem.

É possível afirmar que a lógica de rapina ainda persiste e seu modelo continua a fazer eco nos escritórios das grandes empresas e palácios de governos de diversas matizes. A cada nova “descoberta” que se traduz em mais apropriação de terra traz à tona a exigência de mecanismos mais engenhosos de exploração cuja complexidade tem desafiado a realização de pesquisas que buscam analisar os principais impactos para os territórios continuamente enredados nessa lógica de poder e dominação.

Parte-se da premissa de que no século XXI é possível identificar uma nova onda global de apropriação de terras pelo capital e pelos Estados. A questão agrária e ambiental são recolocadas no centro das disputas geopolíticas, especialmente no chamado sul global. No Brasil e na América Latina, esse processo foi contraditório e complexo já que promovido por uma variedade de governos (incluindo os chamados “progressistas” e de “esquerda”) em aliança com empresas nacionais e internacionais. Sob diferentes aspectos tais governos assumiram as tarefas históricas do desenvolvimento capitalista preconizadas pela perspectiva do neoextrativismo ou neodesenvolvimentismo³. O que significou uma inserção subordinada desses países no sistema mundial capitalista amplamente apoiados em políticas estatais e em novas ideologias legitimadoras da modernização.

No presente artigo pretende-se analisar a materialização do processo de apropriação de terra no Brasil e mais especificamente no município goiano de Catalão através das empresas CMOC e Mosaic devido o mesmo apresentar determinadas particularidades histórico-geográficas que o torna parte integrante da atual trama geopolítica do imperialismo e do colonialismo contemporâneos.

O artigo está dividido em quatro partes mais a introdução e as considerações finais. Na primeira parte discute-se os conceitos de colonialismo e imperialismo e suas vinculações mais recentes com o que tem sido chamado de a nova onda global de apropriação de terras no século XXI caracterizada por políticas neoextrativistas e neodesenvolvimentistas. Ao tratar especificamente do setor da mineração como um dos que expõem tal modelo de apropriação de terras busca-se na segunda parte apresentar o cenário do estado de Goiás como uma potência extrativista nacional. O dado mais empírico concretiza-se, na terceira parte, através da análise do processo de territorialização das mineradoras no município de Catalão. Na

³ De acordo com Milanez e Santos (2013, p. 134), “apesar das diferenças entre neodesenvolvimento e neoextrativismo, os dois conceitos apresentam muitos pontos em comum. Esse é o caso, por exemplo, do entendimento do crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, do foco na inserção internacional e da definição do Estado como protagonista do processo de mudança (GUDYNAS, 2012). Além disso, políticas desenvolvimentistas, quando não implementadas, ou quando não restringidas por aspectos externos, podem aprofundar o perfil extrativo de uma região, ou mesmo de um país”.

quarta e última parte são utilizadas as entrevistas realizadas com populações camponesas de modo a evidenciar os principais impactos da atuação das mineradoras nas comunidades camponesas de Catalão.

UMA NOVA ONDA GLOBAL DE COLONIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO DE TERRAS NO SÉCULO XXI

Os conceitos de imperialismo e colonialismo são fundamentais para analisar a realidade complexa do sistema mundial capitalista no século XXI. Sendo assim, o imperialismo e o colonialismo não teriam desaparecido frente as atuais tendências do sistema mundial (como propõem algumas abordagens liberais e socialdemocratas), mas assumido novas formas de significação. Tais formas não substituem as anteriores, imbricam-se e sobrepõem-se em múltiplas combinações de acordo com cada tempo e geografia.

Abordando a experiência colonial no Brasil, Porto-Gonçalves (2006) ressalta a instauração a partir do século XVI e XVII de um sistema técnico monocultor. Esse sistema não só impunha a produção de “um só produto”, como a produção “para um só lado”, ou seja, da colônia para a metrópole. A violência colonial, com centralidade na expropriação/controlado de terras e no escravismo, foi uma energia essencial para fazer esse sistema mundial funcionar e se naturalizar. Como disse Porto-Gonçalves (2006, p.40), “a mão invisível é precedida de outra bem visível que brandia a chibata”.

Pode-se dizer então que a colonização, como experiência histórica concreta, instaura novas relações sociais e de poder assimétricas e contraditórias que não podem ser resumidas à questão econômica, política ou cultural, mas são multidimensionais. O colonialismo, expressão da colonização e da lógica centralista implicada, não acabou após os processos de descolonização, mas sofreu mudanças significativas.

Os processos de descolonização latinoamericanas vivenciados ao longo do séculos XIX e XX impactaram profundamente as hierarquias econômicas, políticas e culturais em distintas escalas, desde o global ao local. No entanto, as relações de poder assimétricas no sistema mundial capitalista permanecem. O que uma literatura mais recente propõe é justamente observar as continuidades de um processo que do ponto de vista econômico e de domínio territorial ainda guarda relação com o imperialismo capitalista (HARVEY, 2004) mas que na fase mais atual assume novas características daí a denominação “neoimperialismo”.

Para Ferreira (2020, p.26) o neioimperialismo assume novas características não somente ligadas à questões estritamente econômicas uma vez que assume “governamentalidades e discursividades ambientais, multiculturais e de livre determinação/participação, que constituem a situação histórica atual”. Tais processos conformam as bases para as novas discursividades e estratégias de poder e acumulação no interior do neoimperialismo.

Como exemplo, pode-se considerar que a “democracia” é utilizada como ideologia legitimadora e vinculada a discursos liberais, tanto em âmbito político, através de referendos e constituintes, quanto econômicos, com as tecnologias de co-gestão e empreendedorismo, e em termos culturais, o multiculturalismo.

Também na Europa, diretamente influenciada pela onda de revoltas e greves que ficariam conhecidas como “Maio de 68”, novas demandas sociais (e ambientais) emergem e influenciam nas relações mundiais de poder. Porto-Gonçalves (2006) afirma que as lutas sociais e ambientais, a partir dos anos 1970, irão ser assimiladas, *negando-as*, no interior do “sistema-mundo moderno-colonial”. Ou seja, terão como resposta uma contra-estratégia para a manutenção das relações assimétricas de poder por meio da instrumentalização das novas discursividades e demandas advindas de uma gama de reivindicações feministas, ambientalistas, anticoloniais, democráticas, pacifistas, antidiscriminatórias. Como diria o *slogan* conservador: mudar pra que fique tudo como está. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Isso se reflete em uma reorganização das organizações internacionais, empresas e dos Estados nacionais. Em relação às instituições econômicas, no interior das relações de poder e discursividades do neoimperialismo, as “corporações irão adotar múltiplas estratégias, mas todas irão buscar se adequar ao novo regime discursivo multicultural-ambiental-participacionista” (FERREIRA, 2018, p. 31).

A nova estruturação do sistema mundial capitalista sob o neoimperialismo não fez desaparecer as relações de dominação, mas as transformou significativamente. As resistências anticoloniais, antiditatoriais e ambientalistas em escala global criaram um novo balanceamento de forças e de poder. Diante disso, surge como agenda para as classes dominantes a necessidade de retomar os territórios “perdidos”, se (re)apropriando de terras e recursos territoriais na periferia global. Dessa tensão emerge a possibilidade para o capital de uma nova onda colonialista global no início do século XXI.

Salienta-se o papel do chamado “*boom das commodities*” ocasionado por uma elevação dos preços de diferentes mercadorias agrominerais e energéticas no mercado global. Dado

esse que passou a estimular uma série de investimentos públicos e privados nesses setores contribuindo para o que ficou conhecido como “corrida global por terras”. Além disso, destaca-se o papel das revoluções tecnológicas e a industrialização chinesa nesse período, ampliando a demanda por exportação de bens primários do todo o mundo.

É no transcurso do século XX para o XXI o período no qual visualiza-se uma mudança importante no sistema mundial capitalista. A apropriação de terras em larga escala não é uma novidade no capitalismo, mas a atual corrida global por terras possui suas particularidades. Sauer e Borras Jr. (2016), afirmam que existem ciclos de acumulação em que a apropriação capitalista da terra se intensifica. E é no interior, ou pelo menos em diálogo, com esse debate internacional do fenômeno do *land grabbing* que surgem os campos teóricos que vem debatendo o neoextrativismo (GUDYNAS, 2009) ou também o imperialismo extrativo (VELTMEYER; PETRAS, 2014), e que tem ganhado relevância nos estudos latinoamericanos.

Os processos supracitados fazem parte da face do imperialismo capitalista destacada por Harvey (2004) quando o define como uma fusão contraditória da *política do Estado e do Império* baseada no domínio de um território e na mobilização de recursos naturais desses territórios utilizados para desígnios políticos, econômicos, militares e os *processos moleculares de acumulação de capital no espaço e no tempo*. Ou seja, o imperialismo como “um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia” (p.31).

Ao fim e ao cabo as movimentações que ocorrem no sentido da ampliação do capital utilizando-se de uma política territorial centrada na extração de riquezas naturais e formação de mercados de ativos tem animado um conjunto novo de análises.

No Brasil a partir dos anos 2000 como relação direta do aprofundamento das estruturas de capitalismo dependente e do colonialismo interno⁴, viu-se surgir a consecução de um projeto neodesenvolvimentista:

Podemos dizer, por exemplo, que no Brasil a nova onda de colonização se deu por meio das estruturas do desenvolvimento capitalista dependente e de uma estrutura de colonialismo interno, enquanto em outros países sul-americanos se deu na esteira de uma relação neocolonial. A nova onda de colonização no Brasil não se manifestou, a princípio, por meio de uma repetição da “ocupação militar estrangeira”, na realidade, ela se deu por um duplo impulso: o investimento estrangeiro alavancou uma política e

⁴ Para um maior aprofundamento nos conceitos de capitalismo dependente ver André Gunder Frank (1966) e sobre colonialismo interno ver Pablo Gonzalez Casanova (2006).

estratégia neodesenvolvimentista, do qual a expansão da indústria extrativa, da agroindústria e da indústria em geral era o principal componente. [...] Entre 2005-2012 formou-se um grande bloco que elaborou uma estratégia de desterritorialização (dos povos indígenas e tradicionais), muito além do “agro”, e este bloco produziu (ou reativou) as discursividades e formas de dominação tipicamente coloniais: racismo-etnocentrismo, o centralismo e o monopolismo (FERREIRA, 2018, p.34-35).

Dessa forma, as estruturas do colonialismo interno, que estavam em refluxo desde os anos 1980 (com o processo de desconcentração relativo do poder), receberam um novo fôlego. O Brasil passa a fazer parte da nova onda de colonização através de uma relação de colonialismo interno. O Estado brasileiro e uma parcela importante da burguesia nacional (associada ao capital internacional) constroem uma relativa independência regional e mundial para conduzirem, eles próprios, as guerras de conquista territorial, a mercantilização da terra-território, a expansão e modernização agrícola, industrial e energética, criação de um aparato e ideologia militar de contra-insurgência. Tudo isso voltado essencialmente contra o próprio povo brasileiro, especialmente suas frações étnicas oprimidas, negras e indígenas.

Em uma abordagem similar, Aráoz (2012) relaciona o neoextrativismo e a acumulação por espoliação na América Latina com o colonialismo e o imperialismo modernos:

La primera década del nuevo siglo encuentra a Nuestra América, una vez más, bajo las garras del colonialismo. La devastación extractivista es el nuevo rostro del poder imperial. Éste ha hecho de América un territorio privilegiado para la acumulación por desposesión, ámbito socioterritorial donde se recrea un nuevo ciclo de una economía de rapiña especialmente dirigida a esquilmar sus reservas estratégicas de bienes y servicios ecológicos, energías naturales y sociales, disponibilizadas por el capital global para abastecer la dinámica de consumo/acumulación sin fin, em tiempos de “agotamiento de mundo”. (ARÁOZ, 2012,p.64)

No Brasil, os grandes empreendimentos capitalistas com expropriação significativa de territórios estiveram sustentados pelo Estado brasileiro através de programas e políticas. As mais notáveis foram a criação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e as ações dos bancos públicos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com fortes investimentos na consolidação de grupos econômicos nacionais com atuação nos mercados internos e externos (CASTRO, 2016; GONÇALVES, 2016; MILANEZ e SANTOS, 2013).

As empresas cujos negócios tinham vinculação com o agronegócio, construção civil, indústria alimentícia e exploração mineral foram as mais beneficiadas. No que tange ao setor

da mineração, no período de 2001 a 2010, a exportação brasileira de minério passou de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 30,8 bilhões. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Mineração (2011), a partir dos anos 2000, há uma maior demanda global por minerais que impulsionou o valor da Produção Mineral Brasileira (PMB): “No período 2001/2011 o valor da PMB terá crescimento de 550%, saindo de US\$ 7,7 bilhões para US\$ 50 bilhões” (IBRAM, 2011).

É nessa conjuntura que, em maio de 2011, foi publicado pelo Ministério de Minas e Energia o Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM-2030), como “uma ferramenta estratégica para nortear as políticas de médio e longo prazo” para o setor, e “que possam contribuir para que o setor mineral seja um alicerce para o desenvolvimento sustentável do País nos próximos 20 anos” (PNM – 2030, 2011). De acordo com Santos (2012), o PNM foi elaborado no interior dos governos petistas por técnicos do governo e representantes das empresas mineradoras.

Dessa forma, o Estado brasileiro buscava reforçar-se como promotor do colonialismo interno, assumindo a condução (jurídica, econômica e ideológica) da apropriação dos bens naturais e coletivos dos povos, inserindo-os nas redes globais de acumulação e nas relações de poder do neoimperialismo. O PNM-2030 expressa as novas discursividades coloniais, associando o “desenvolvimento sustentável” e os programas assistenciais ao êxito do projeto de modernização capitalista e a expansão dos grandes projetos extrativistas. Tudo isso, dependente das oscilações de um comércio mundial assimétrico e inseguro, portanto, aprofundando a inserção subordinada do Brasil no sistema mundial capitalista.

De modo a contribuir com o debate recente sobre o neodesenvolvimentismo e o papel desempenhado pela exploração dos recursos naturais a exemplo do setor do minério faz-se importante ressaltar o exemplo de Goiás tendo em vista sua importância na divisão territorial do trabalho associada à expansão da exploração mineral no país.

GOIÁS: POTÊNCIA NEOEXTRATIVISTA

A economia e a sociedade de Goiás foram diretamente afetadas pela participação do estado no contexto da nova onda colonialista mundial de apropriação de terras e recursos territoriais. Como resultado, verificou-se o estabelecimento e expansão de grandes projetos extrativistas.

Para entender como o estado alcançou as atuais cifras de exploração mineral é importante compreender antes brevemente o histórico da atividade, bem como sua territorialização através da instalação de empreendimentos econômicos ligados à mineração.

A exploração mineral em Goiás pode ser periodizada sinteticamente em três fases distintas:

1^a) no século XVIII, caracterizado pela opulência do outro de aluvião, integrada ao sistema colonial e mercantilista de Portugal e ao capitalismo nascente na Europa. Com a crise da mineração, a pecuária e a agricultura tradicional erigem-se como novo modelo de ocupação/ordenação territorial;

2^a) Após quase um século de “dormência do subsolo” (GONÇALVES, 2016), iniciou-se, na década de 1960 e 1970, uma nova fase da mineração goiana, marcada pela criação em 1961 da empresa estatal Metais de Goiás S.A – METAGO e pelo modelo de exploração industrial. Na década de 1970 consolidam-se os primeiros grandes projetos de exploração mineral com participação de empresas estatais e privadas (nacionais e estrangeiras). Essa fase da mineração está profundamente relacionada a outro processo concomitante de modernização capitalista da agricultura, altamente dependente de “corretivos” dos solos ácidos do Cerrado com o uso generalizado de minérios calcário e fosfato;

3^a) A atual fase da mineração em Goiás, começou ainda na década de 1990 com o aprofundamento das políticas neoliberais, a privatização das empresas estatais mineradoras e os processos de fusões, aquisições e integração vertical e horizontal das empresas mineradoras⁵. Essa última fase é marcada pela consolidação do poder monopolista das empresas internacionais, de capital privado, na exploração mineral em Goiás. Segundo Gonçalves (2016, p.59), essas empresas multinacionais “além de investir na extração, beneficiamento e transporte de minérios, tornam controladoras de milhares de hectares de terras e de subsolo, por intermédio das concessões para pesquisa e lavra nos territórios cerradeiros”.

De acordo com Gonçalves (2016, p.197), Goiás participa diretamente do boom das commodities desde a primeira década dos anos 2000 uma vez que se constituiu no estado com condições adequadas à reprodução do capital vinculado ao complexo soja, carne e minérios. Como não poderia deixar de ser tal adequação passa pela atuação do Estado via

⁵ A grosso modo a integração vertical é aquela que se dá dentro de um mesmo ramo, e a integração horizontal é aquela que se dá entre ramos diferentes.

investimentos para a dotação de infraestrutura e em logística de modo a garantir a fluidez do território. Ainda conforme o autor “Isso significou e significa também a expansão das estratégias de apropriação e extração dos minérios do subsolo pela mineração, uso da terra e da água pelas empresas rurais modernas, construção de hidrelétricas e exploração intensiva da força de trabalho.” (GOLÇALVES, 2016, p. 197).

Segundo os dados do Instituto Mauro Borges - IBM (2014), a exportação goiana experimentou um aumento significativo do comércio de todos os principais setores produtivos no início do século XXI. Com um valor que ultrapassou US\$ 7 bilhões em 2013, representando um crescimento de mais de 1000% das exportações em comparação ao ano de 2001, US\$ 595 milhões. As exportações, portanto, exercem um protagonismo importante na economia goiana, correspondendo no ano de 2013 a 12,5% do PIB de Goiás (IBM, 2014).

Como dito anteriormente, esse processo está relacionado também com a industrialização que vem ocorrendo, desde a década de 1990, da economia chinesa e outros países asiáticos e as demandas que estes países e empresas nacionais e internacionais neles estabelecidas criaram em relação às commodities agrominerais.

No ano de 1996, por exemplo, a China aparecia na 21ª posição em termos de receitas de exportação pelo comércio internacional de Goiás (US\$ 2.375.077), e na 11ª em relação ao volume dos produtos exportados (9.417 toneladas) (IBM, 2014). Em 2003, o volume dos produtos saltou para 213.201 toneladas, e em 2010 alcançou a 1ª posição com um total de 1.682.503 toneladas exportadas. As relações comerciais entre as mercadorias produzidas em Goiás com as demandas do mercado chinês continuaram a crescer, e chegaram no ano de 2013 com 3.106.110 toneladas de produtos exportados e uma receita de US\$ 1.946.184.522 resultantes da pauta exportadora (IBM, 2014). A China se tornou, neste período, o principal destino estrangeiro das mercadorias produzidas em Goiás.

Além disso, em relação a produção brasileira de minérios, de 2012 à 2017 o estado de Goiás figura como o maior produtor bruto nacional dos minerais nióbio (12.507.212 toneladas), níquel (6.289.441 toneladas) e ouro (36.037.863 toneladas), além disso, é o segundo maior produtor bruto de cobre (33.410.950 toneladas) e o terceiro maior de Alumínio (bauxita) (827.800 toneladas). (ANM, 2018).

A modernização capitalista da mineração goiana teve efeitos importantes na pesquisa mineral e descoberta de novas jazidas, assim como a mudança de técnicas e tecnologias

avançadas de exploração e exploração mineral⁶, e mais recentemente uma mudança de padrões gerenciais e discursivos por parte das mineradoras e dos governos, profundamente marcados pelas novas estruturas de saber-poder do neoimperialismo. Isso levou ao crescimento dos investimentos e a expansão dos projetos da mineração capitalista em Goiás, distribuindo-se de maneira desigual de acordo com os tipos de jazidas e também por uma série de empresas monopolistas nacionais e internacionais (Orinoco Gold, Yamana Gold, Anglo Gold Ashanti e Anglo American, Votorantim, Cmoc, Vale, Mosaic).

Com base em pesquisas nos sites corporativos das empresas, notícias oficiais do governo do estado de Goiás e sites de notícias sobre mineração foi possível organizar o Quadro 1 que busca caracterizar o perfil das empresas monopolistas internacionais que atualmente possuem investimentos e operações na atividades de mineração no estado de Goiás.

QUADRO 1 - EMPRESAS MONOPOLISTAS INTERNACIONAIS COM OPERAÇÕES NO SETOR DE MINÉRIOS EM GOIÁS (2019)

Nº	EMPRESA	CARACTERÍSTICAS GERAIS	OPERAÇÕES EM GO
1	Anglo Gold Ashanti	Atua nos negócios de mineração de ouro, hidrelétrico e imobiliário (compra e venda de terras).	Em Crixás/GO, localizado na mesorregião Noroeste Goiano, possui a Unidade de Negócios Serra Grande que compreende três minas subterrâneas (Mina III, Mina Nova e Palmeiras), uma mina a céu aberto (Open Pit Corpo V) e uma planta metalúrgica.
2	Mining Ventures Brasil	Fundada em 2008 pelos fundos de investimento Denham Capital Management LP (fundo americano com foco em recursos naturais e energia) e minoritariamente por Arsago Mining Capital (fundo suíço com foco em recursos naturais e imobiliário), com o objetivo de realizar a exploração mineral no Brasil. Já desenvolveram projetos de ouro, cobre, ferro, fosfato e terras-raras, além de análises iniciais de outros minerais como manganês, tungstênio, bauxita, etc.	Em Minaçú/GO, na mesorregião Norte Goiano, através da Mineração Serra Verde inicia construção de planta de exploração e beneficiamento de terras-raras. A área do projeto de terras-raras da Mineração Serra Verde é de aproximadamente 85 mil hectares.

⁶ Como nos alerta Porto-Gonçalves (2006) tais transformações técnicas e científicas têm modificado profundamente as relações sociedade-natureza, desde aspectos macro como o sensoriamento remoto, até o campo da genética, biofísica, nanotecnologia, que aprofundam cada vez mais o dilema ambiental e social global, na medida em que estão inseridas em intencionalidades moderno-coloniais que aumentam o poder de destruição e “controle” do ser humano sobre a natureza e concomitantemente sobre outros seres humanos, ampliando as desigualdades de poder e renda. A mineração também será afetada nessa mudança sociedade-natureza. Os novos conhecimentos científicos e industriais “de ponta” com escalas nano, micro, molecular, atômica, tem isolado e trabalhado com substâncias químicas “puras”, possibilitando seus usos “multifuncionais”, ou seja, fazendo com que uma mesma substância química vá da produção de alimentos à fabricação de ligas metálicas (PORTO-GONÇALVES, 2006).

3	Yamana Gold	Braço brasileiro da Yamana Gold Inc, sede em Toronto. Atua na extração de ouro e cobre, incluindo pesquisa mineral, extração, processamento e recuperação. Atua no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e México e conta com cerca de 9,7 mil funcionários. No Brasil opera em Goiás e Bahia.	Possui projetos de mineração em Pilar de Goiás (Imesorregião Centro Goiano), Alto Horizonte (mesorregião Norte Goiano), Crixás (Noroeste Goiano), Guarinos (Centro Goiano) e Fazenda Nova (Centro Goiano) com a Mineração Bacilândia.
4	CMOC International Brasil	Atua na mineração e no beneficiamento de nióbio e fosfatos. Subsidiária da CMOC International – braço internacional da China Molybdenum, companhia chinesa com um diversificado portfólio de ativos.	Possui atuação em dois municípios da mesorregião Sul Goiana: Catalão (Copebras Catalão e Niobras Mina Boa Vista) e Ouidor (Niobras Ouidor e Copebras Mina Chapadão).
5	MOSAIC Fertilizantes	Sede em Minnesota (EUA). Possui operações na Austrália, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, Índia e Paraguai, além de <i>joint ventures</i> no Peru e Arábia Saudita. Possui cerca de 15 mil funcionários e entrega seus produtos para mais de 40 países. No Brasil, atua na produção, importação, comercialização e distribuição de fertilizantes para diversas culturas agrícolas, além do desenvolvimento de produtos para nutrição animal e comercialização de produtos industriais.	Em Goiás possui duas unidades na mesorregião Sul Goiano em Catalão (que foi fruto da aquisição da Vale Fertilizantes) e em Rio Verde.
6	VOTORANTIM Cimentos	Faz parte da Votorantim S.A., um dos maiores grupos empresariais do Brasil. Com quase um século de existência, a Votorantim S.A. possui operações em cimento, metais e mineração, siderurgia, energia, celulose, suco de laranja e financeiro – e hoje está presente em 23 países. As oito empresas do Grupo – Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia, Votorantim Energia, Fibria, Citrosuco, CBA (Companhia Brasileira de Alumínio) e Banco Votorantim – fazem parte de um negócio que abriga mais de 700 unidades operacionais e emprega mais de 44 mil pessoas.	Possui uma unidade de exploração de calcário no município de Edealina/GO, localizado na mesorregião Sul Goiano, com capacidade produtiva anual de 2 milhões de toneladas de cimento, vida útil estimada em 45 anos. No depósito, a empresa pretende extrair cerca de 12 mil toneladas/dia. Entre empregos diretos e indiretos serão geradas 600 vagas. A empresa irá abastecer os mercados de Goiás, Triângulo Mineiro e Regiões Norte e Noroeste do Estado de São Paulo. O investimento total na planta é de R\$ 600 milhões.
7	Amarillo Gold Corp.	Empresa canadense especializada em extração de ouro, com sede em Toronto, Ontário (Canadá).	Projeto de mineração de ouro a céu aberto no município de Mara Rosa, na mesorregião Norte Goiano. O projeto abrange aproximadamente 60.000 ha de licenças de exploração e 2.600 ha de licenças de mineração. Possui acesso próximo à principal rodovia Norte-Sul do Brasil e próximo à Brasília (320 km) e Goiânia (350 km).
8	Anglo American	Empresa monopolista, sediada em Londres, com operações na América do Norte e do Sul, no Sul da África e na Austrália, envolvendo a operações com os minérios: ferro, manganês, carvão, cobre, níquel, plantinha e diamante. No	Possui unidades em dois municípios de Goiás, no município de Niquelândia, localizado na mesorregião Norte Goiano, com uma planta de beneficiamento e uma de reflorestamento, e no município de

		Brasil, possui escritório corporativo em Belo Horizonte/MG, com operações de exploração de minério de ferro nos estados de MG e RJ e de níquel em GO.	Barro Alto, localizado na mesorregião Centro Goiano, com uma mina a céu aberto e planta de beneficiamento.
9	Orinoco Gold Limited	Empresa monopolista, sede na Austrália, com foco em ouro. No Brasil, opera por meio das subsidiárias Orinoco Brasil Mineração, Mineração Curral de Pedra e Rio do Ouro Mineração. Tem ações listadas na bolsa de valores da Austrália (ASX) desde 2011. A AngloGold Ashanti tornou-se acionista majoritário em fevereiro de 2017.	Atua em Faina/GO, na mesorregião Noroeste Goiano, por meio do projeto polimetálico Faina Goldfields. A Orinoco Gold controla 70% de Faina Goldfields. Os outros 30% pertencem à Centaurus Metals. Fora do Brasil, a Orinoco detém o projeto de ouro 14 Mile Well, em Western Australia.
10	Five Star Diamonds	No dia 24 de abril de 2017 a Five Star tornou-se a primeira companhia brasileira com 100% dos ativos de diamantes primários a ser listada na TSX-V (bolsa de Toronto). Possui sede corporativa no Canadá.	Em Catalão possui projeto de diamante de estágio avançado localizado dentro do distrito de diamantes de Coromandel. O Projeto Catalão compreende uma licença de exploração, cobrindo 1.999,42 ha. Além disso, possui pedidos de licenças de exploração adicionais em uma área de 5.998,37 hectares. Possui outros projetos em Goiás: Projeto Caiapo Diamond (4 pedidos individuais de Licenças de Exploração cobrindo uma área total de 3.953,22 ha), Projeto Veríssimo, Projeto Mega Diamond (16 licenças de exploração e 2 pedidos de licença de exploração, totalizando 32.795,46 ha), Projeto Ouvidor (4 licenças de exploração, cobrindo uma área total de 7.837,64 ha). Junto com o Projeto Catalão, possui outros 22 projetos de kimberlito de diamante, que compreendem um total de 49 licenças de exploração e aplicações, cobrindo uma área de 130.237 ha.
11	Mineração Corcovado	Fundada em 1986, é uma das maiores empresas brasileiras que trabalham com pedreiras e exportação de pedras ornamentais. A empresa se especializou e exportou blocos de granito para a Europa e Ásia nos últimos 20 anos. Possui direitos minerários exclusivos de 250.000 ha, o que permite a extração de mais de 40 variedades diferentes de granitos. A empresa Brasigran – Brasileira de Granitos Ltda. foi criada pela Corcovado em 1989.	Segundo o Governo de Goiás a empresa investirá US\$ 4 milhões na implantação de projeto de exploração mármore no município de Nova Roma (GO), localizado na mesorregião Norte Goiano.
12	Cleveland Mining Company Ltd.	A empresa multinacional australiana opera no Brasil por meio da Cleveland Mineração e da Cleveland Premier Mineração e tem em “Premier” e “O Capitão” seus principais projetos de ouro.	Os projetos “Premier” e “O Capitão” ficam próximos à mina de ouro Serra Grande da AngloGold Ashanti, de onde já foram extraídas mais de 5 milhões de onças. Ambos estão localizados no município de Crixás (GO), na mesorregião Noroeste Goiano.

FONTE: Sites corporativos empresariais e governamentais e sites jornalísticos

AUTOR: Leon Martins C. Azevedo (2019)

O Quadro 1 apresenta o perfil de todas as empresas monopolistas internacionais com atuação em Goiás mediante os dados obtidos. As empresas participam ativamente das atuais disputas geopolíticas pela apropriação do subsolo e demais recursos territoriais do Cerrado. Os grandes projetos de mineração em Goiás, associada aos padrões da modernidade capitalista e colonial, estão em sua grande maioria associados à grupos estrangeiros e apenas duas empresas com capital nacional, mas que possuem processos de internacionalização da produção e comercialização.

Isso implica uma característica específica dos processos de apropriação de terras pela mineração em Goiás. Na entrevista realizada com uma camponesa em Catalão (GO), no dia 21/02/2019, esta apresentou o questionamento de que, *“uma multinacional, você não sabe nem quem é o dono, você nunca viu ele [...] então, cobrar de quem? Se você senta com os funcionários, e cobra, ele é preparado, ele é treinado, ele tem as respostas prontas pra te dar, então, você não tem avanço, não existe em quem você bater, não tem em quem você cobrar”*. Ou seja, a internacionalização do capital modifica também as relações de poder, favorecendo o pólo dominante.

A TERRITORIALIZAÇÃO DAS MINERADORAS MULTINACIONAIS EM CATALÃO (GO)

O município de Catalão (GO) localizado na porção sudeste do estado de Goiás conta com uma população de mais de 100 mil habitantes segundo estimativas populacionais de 2019 organizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A economia é bastante diversificada com a importância dos setores da indústria, comércio e serviços, agropecuária e exploração mineral.

A importância da exploração mineral em Catalão está ligada ao fato de o município possuir a maior reserva mineral do estado com destaque para os depósitos de Argila, Argila Refratária (Caulim), Brita (Basalto), Fosfato, Nióbio, Titânio, Turfa, Vermiculita, Urânio, Tório, Estrôncio e terras raras (Lantânio, Cério, Praseodímio, Neodímio, Samário, Európio, Gadolínio, Érbio, Ítrio, Itérbio, Lutécio e Tértbio) (INSTITUTO MAURO BORGES, Painel Municipal, 2016). Em termos de exploração econômica o foco principal é a extração no nióbio, fosfato e argila.

Apesar de possuir fortes vínculos com a atividade mineradora é importantante salientar que o município não foi criado sobre o padrão de povoamento do primeiro ciclo da mineração no século XVIII devido a inexistência de ouro nos aluviões. A mineração só passa a ter relevância econômica no município a partir da década de 1970/80, quando iniciam as pesquisas nos depósitos de fosfatos, nióbio, titânio, terras raras e vermiculita.

Catalão foi beneficiado pela sua posição geográfica e a consequente implantação de redes técnicas ligadas à infraestrutura de transporte. O município é um dos principais pontos de passagem na ligação entre Minas Gerais, São Paulo e a nova capital Brasília. Fato que condicionou a construção da BR-050 em 1960, ligando o Distro Federal a São Paulo que se somou à ferrovia já existente desde 1913. Além disso, a GO-330 que liga Catalão à Goiânia (capital do estado) contribui também para garantir uma importante posição geográfica ao município. Segundo Silva (2002), a instalação de grandes empresas em Catalão teve forte influência dessa vantagem locacional porquanto a proximidade de importantes centros consumidores.

A indústria mineral em Catalão (GO) esteve diretamente relacionada com a modernização capitalista da agricultura. O êxodo rural decorrente do ciclo expropriatório modernizante das décadas de 1970/80 foram essenciais para a formação do exército de reserva necessário ao trabalho industrial urbano de Catalão. Como instrumento de crescimento econômico de Catalão e região, o Distrito Mínero-Industrial de Catalão (DIMIC) foi implantado em 1979, através de parceria entre o governo estadual e o municipal. Assim, a relação campo-cidade em Catalão envolve uma aliança territorial de classe entre os capitalistas da mineração-indústria-agricultura e seus respectivos projetos moderno-coloniais.

A exploração mineral em Catalão é comandada principalmente pelas empresas monopolistas internacionais Mosaic Fertilizantes (EUA) e a China Molybdenum - CMOC (China). Um longo processo histórico em termos institucionais, econômicos e socioespaciais irá se desenrolar desde as décadas de 1970, com as primeiras atividades de exploração mineral na região, até os dias atuais. Modernização capitalista, monopolismo, internacionalização, privatização, destrutivismo ambiental e expansão da apropriação de terras e do subsolo são algumas marcas das transformações sofridas pela atividade durante essas décadas.

No ano de 2016, a multinacional chinesa CMOC comprou os negócios de fosfato e nióbio em Catalão da sul-africana Anglo American, adquirindo o seu complexo mínero-químico de exploração e beneficiamento de fosfatos e nióbio. No lugar das empresas

subsidiárias de nome Anglo American Fosfatos Brasil Ltda. e Anglo American Nióbio Brasil Ltda. (ambas do grupo Anglo American), a CMOC irá retomar a “marca” Copebrás para a exploração de fosfatos, e irá criar a “marca” Niobrás para a exploração de nióbio.

De acordo com Gonçalves (2016, p.114), “a empresa possui minas a céu aberto (Mina Boa Vista e Mina Chapadão), e plantas de beneficiamento de fosfato e nióbio, localizadas em Catalão/Ouvidor (GO)”. Essa aquisição faz com que a CMOC se torne a segunda maior produtora de fosfatos no Brasil e a segunda maior mineradora de nióbio do país e do mundo, atrás apenas da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), que extrai o nióbio no município de Araxá (MG). Em relação à apropriação do subsolo, os dados demonstram que a empresa, através de requerimentos e títulos minerários, se apropriou de 12.427,12 ha de terras nos municípios de Catalão e Ouvidor (GONÇALVES, 2016).

Dentro de um projeto contínuo de expansão territorial, a multinacional chinesa CMOC anunciou, em uma reunião entre representantes empresariais e estatais⁷ no dia 09 de maio de 2019, um novo plano de expansão que compreenderá um investimento de R\$ 1,2 bilhão na ampliação das atividades da empresa em Catalão (GO). Além disso, o presidente-executivo da CMOC anunciou que pretende abrir novos projetos de exploração de fosfato, através da Copebrás, não apenas no estado de Goiás, mas também outros estados do país. A última ampliação da empresa havia acontecido em 2002.

Os novos investimentos da CMOC foram referendados pelas novas ideologias legitimadoras das relações assimétricas de poder do sistema mundial capitalista. Segundo o presidente-executivo da mineradora chinesa, os valores da empresa são: segurança, saúde, meio ambiente e a área social. O Estado endossou as supostas práticas ambientais e sociais através dos elogios da então secretária de meio ambiente: “É importante registrar a iniciativa porque consideramos uma atitude muito responsável do ponto de vista ambiental”.

A reunião para anunciar essa expansão histórica da mineração de nióbio e fosfatos em Catalão expressou, também, a permanência da aliança territorial de classe entre a mineração e o agronegócio. Nas palavras do representante da empresa e do governador de Goiás, a ampliação do fosfato seria uma importante alavanca para diminuir a dependência da importação de fertilizantes e, assim baratear o custo para o agronegócio em expansão. Destaca-se a postura entreguista do governador Ronaldo Caiado que, ao final da reunião,

⁷ O anúncio da ampliação dos negócios colonialistas de mineração se deu com a cúpula governamental do Estado de Goiás e de Catalão. Participaram da reunião o governador Ronaldo Caiado, o prefeito de Catalão, Adib Elias, e os secretários Andréa Vulcanis (Meio Ambiente), Wilder Moraes (Indústria e Comércio), Antônio Carlos Lima (Agricultura) e o presidente da AGR, Eurípedes Barsanulfo.

pediu ao presidente da CMOC que leve ao governo chinês e a outros investidores a mensagem de que “Goiás está de braços abertos”. Em resposta, o empresário respondeu: “Nós temos muita confiança no Brasil e em Goiás. (...) Tenham em nós uma ponte entre a província da China e o Estado de Goiás”⁸.

A outra empresa monopolista internacional atuante na indústria extrativa mineral no município de Catalão é a norte-americana Mosaic Fertilizantes, que comprou a Vale Fertilizantes em 2018, adquirindo o seu complexo mineiro químico. De acordo com Gonçalves (2016, p.113), a empresa possui “uma mina de minério fosfatado a céu aberto; usina de beneficiamento e concentração; mineroduto; terminal rodoferroviário de manuseio de concentrados e expedição de rocha fosfática”.

A mina a céu aberto e a usina de beneficiamento estão localizadas onde existia a comunidade camponesa Chapadão, vítima de contínuos processos expropriatórios que destruíram a comunidade e a existência camponesa. Hoje, permanece dela apenas o seu nome grafado na “Mina Chapadão”. Tendo a sua *geo* (terra) sido devastada e expropriada, a sua *grafia* (escrita) se torna uma lembrança triste nos estandartes dos conquistadores e saqueadores modernos.

A empresa Mosaic também se apropriou de milhares de hectares de subsolo em Catalão e Ouvidor através dos negócios de fosfatos, titânio e nióbio, e também protagoniza as estratégias de apropriação dos recursos territoriais nestes municípios. Os dados do DNPM (2015) demonstram que a empresa através de requerimentos e títulos minerários juntos aos órgãos do Estado se apropriou de 12.427,12 hectares. (GONÇALVES, 2016)

Dessa forma, tanto CMOC quanto Mosaic compõem o cenário dos territórios em disputa pela terra e pelo subsolo em Catalão, já que, como demonstra Gonçalves (2016, p.396), os requerimentos e títulos minerários dessas gigantes da mineração internacional estão sobrepostos às comunidades camponesas de Macaúba, Coqueiros e Mata Preta, comunidades de trabalhadores da terra que ainda permanecem resistentes no território.

“VEM PROGRESSO, MAS VEM MAIS COISA RUIM DO QUE BOA, ISSO AÍ PODE TER CERTEZA”...

⁸ Fonte: [http://www.goias.gov.br/noticias/43-economia/65184-caiado-articula-amplia%C3%A7%C3%A3o-de-mineradora-que-pode-investir-r\\$-1,2-bi-em-catal%C3%A3o.html](http://www.goias.gov.br/noticias/43-economia/65184-caiado-articula-amplia%C3%A7%C3%A3o-de-mineradora-que-pode-investir-r$-1,2-bi-em-catal%C3%A3o.html), acessado em 12/07/2019).

Ferreira (2012) demonstra que diversas comunidades camponesas são impactadas e desterritorializadas pelos grandes projetos da indústria extrativa mineral nos municípios goianos de Catalão e Ouidor a partir da década de 1960. Dentre as comunidades afetadas pela territorialização das mineradoras “encontram-se as Comunidades Macaúba (município de Catalão), Chapadão (Ouidor), Taquara (Catalão), Coqueiros (Catalão), Morro Agudo (Catalão) e Mata Preta (Catalão)” (FERREIRA, 2012, p. 34-35).

Nas comunidades camponesas pôde-se constatar através da realização de trabalhos de campo, entrevistas e conversas com moradores, algumas efeitos graves da presença da atividades mineradora. Entre os impactos mais relatados e identificados destacam-se: a expropriação de suas terras; destruição de recursos hídricos mediante o secamento e poluição de córregos, nascentes; diminuição da vazão de água nos rios, minas, córregos; cercamentos e fechamento de estradas e caminhos criados ao longo de gerações; poluição sonora por conta do barulho do trânsito de caminhões, máquinas e explosões; danos ao patrimônio em virtude das rachaduras nas habitações devido as explosões de dinamites; assalariamento de membros das famílias camponesas. Tudo isso traz direta e indiretamente impactos para a saúde da população camponesa afetada pela atividade da mineração no município de Catalão.

Apesar disso, Gonçalves (2016) ressalta que a territorialização das empresas mineradoras em Catalão e Ouidor não sofreram grandes questionamentos políticos e públicos ao longo de décadas desde a sua instalação nos anos 1960/1970.⁹

Nos movimentos sociais, universidade pública e privada, igrejas, escolas e sindicatos, nas associações de bairros ou nas Comunidades Camponesas, não houve problematização sistemática acerca dos efeitos da mineração. Durante aproximadamente quatro décadas, o discurso da modernidade, do emprego e do desenvolvimento sobrepuseram o diálogo coletivo diante dos efeitos socioambientais, que também são coletivos, afligindo a sociedade de Catalão e Ouidor (GONÇALVES, 2016, p.124).

Dessa forma, foi essencial o trabalho ideológico e as discursividades dominantes para justificar (e tornar qualquer crítica irracional ou conservadora) o projeto de modernização e colonização. Como afirmado por Santos (2001, p. 68), “tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade”. No entanto, Gonçalves (2016, p.125) atenta para o fato de que,

⁹ Isso, na nossa opinião, não deve significar *a priori* que não tenha havido formas de resistência cotidianas e uma “infrapolítica dos dominados” tal como nos alerta James Scott (2004).

“nos últimos cinco anos esse cenário começou a se modificar. As empresas mineradoras tornam-se alvos de questionamentos e reivindicações socioambientais”.¹⁰

Como exemplo mais direto dessa relação entre a mineração e as comunidades diretamente afetadas cita-se a apropriação de terras da Mina Boa Vista na comunidade camponesa Coqueiros. A seguir pretende-se destacar uma série de relatos colhidos nas comunidades que denunciam os problemas enfrentados pela população. De acordo com entrevista realizada no dia 21/02/2019:

nós temos camponeses que na época da seca tinha condições de produzir o feijão, [...] que era comercializado, e hoje ele não consegue mais produzir esse feijão por que ele não tem água. Por que simplesmente as represas, as nascentes, sumiram, desapareceram. [...] Comunidade inteiras tão desaparecendo, sumindo do mapa. A exemplo aqui na [Mina] Boa Vista, que é da CMOC, né, uma comunidade inteira, que é a comunidade dos Coqueiros que está desaparecendo. Ela praticamente sumiu do mapa, ela não existe, por que a mineradora tomou conta, dominou. Então quer dizer, tem alguns [...] agricultores que ainda resistem, mas resiste sob pressão da mineradora ali, encurralando, e pressionando, e claro, com os impactos, dos barulhos, da poeira, [...] e é constrangido né, por que tem muitos que não tem nem direito de passar pra ir pras suas propriedades. Então quer dizer, ainda tem todo esse tipo de repressão que sofre por essas mineradoras. (ENTREVISTA DE CAMPO, CAMPONESA, 2019)

Durante o trabalho de campo, no dia 24/02/2019 foi colhido um relato de um camponês nascido e criado na comunidade Coqueiros, sendo que o sítio que ele mora atualmente é da sua família desde o seu bisavô. A propriedade que ele passou a infância já foi apropriada pela CMOC, e hoje ele está no “pé do morro da mina”. No seu relato enfatiza a relação que tinha de vizinhança com amigos, primos, tios, e o seu próprio pai, que foram expropriados pelo avanço da Mina Boa Vista. Segundo o camponês: *“a maior parte, infelizmente, teve que ir pra a cidade. Porque acaba o vínculo, né. Bom é o lugar da gente, isso ai não resta dúvida, né. Dá tristeza de ver isso daí”*.

Antes da presença da mineradora a comunidade era bastante “viva” com presença de moradores, o trabalho na agricultura, a realização de festas religiosas etc. Em um questionamento profundo dos efeitos da mineração, o camponês relatou, *“Nossa senhora! A transformação é muito grande, é brusca a modificação, né? Eu ainda fico aqui de frente, vendo a destruição total, né. E sem falar no outro lado, né, do sentimento da gente... por que isso é o principal, né? Vem progresso, mas vem mais coisa ruim do que boa, isso aí pode ter certeza”*.

¹⁰ As classes dominantes permanecem firmes em seu projeto de legitimação da exploração e expropriação capitalista pela mineração. Em uma reunião entre CMOC e governo, citada anteriormente, o prefeito de Catalão Adib Elias (MDB) afirmou que, “entendo que outras empresas se instalaram lá [em Catalão]. A Mitsubishi, Suzuki, mas somos o que somos graças ao setor mineral”.

Quando perguntado sobre os impactos trazidos pela mineração, o camponês respondeu de forma contundente: *“O principal é tirar a gente, do habitat da gente. O que mais dói é a gente ter que se desfazer do lugar da gente, da raiz da gente, esse é o principal. Depois vem inúmeros... igual eu tô aqui, acabou o gosto de morar. A água também... a água acabou”*.

Sobre as indenizações e o discurso de que o dinheiro recompensa a terra, respondeu que *“a gente pensa que é um bom dinheiro, a venda e tal, mas isso é a pior coisa do mundo. Eu não penso nisso não. Eu não levo pra esse lado financeiro, o lugar da gente é sagrado”*. Isso evidencia o antagonismo de cosmovisões sobre a terra entre o campesinato e o capital. Em relação a essa ideologia mercantilista da expansão territorial, também surpreendeu a síntese que o entrevistado fez da relação do Estado com a mineração: *“O governo é o dinheiro, só isso, mais nada”*.

Como foi constatado na pesquisa de campo e em conversas com os camponeses e cidadãos de Catalão, os riscos de rompimento das barragens de rejeitos, especialmente para aqueles que vivem a jusante das barragens, também tem sido alvo das preocupações. Em algumas entrevistas os camponeses lembraram do rompimento da barragem de rejeitos da antiga Fosfértil em 2014, que atingiu territórios de Catalão e Ovidor.

Um dos efeitos mais perversos e explícitos das relações de poder e dominação colonialista envolvendo o atual ciclo de apropriação de terras e recursos territoriais é a militarização das comunidades. De certo que, assim como a apropriação de terras não é expediente novo no capitalismo, a militarização tampouco o é. Existe um novo padrão de exercício da violência, e discursos legitimadores da mesma surgidos da necessidade contraditória de se legitimar através da “democracia” e da “convivência harmônica com a sociedade”. Por outro lado, há a necessidade de exercer o poder de fato sobre a terra, a natureza, e dos corpos.

Em relação a esse controle territorial e militarização estabelecido pelas empresas mineradoras nas comunidades camponesas em Catalão, uma liderança camponesa relatou, em entrevista no dia 21/02/2019, que:

a gente tem um exemplo aqui na Macaúba que tinha uma passagem, que era de muitos e muitos anos, [...] essa passagem da Mata Preta pro centro da Macaúba, então ao comprar as terras eles queriam fechar a estrada. Não fechou por que houve uma grande mobilização [...]. Mas a gente sabe que essa repressão ela existe, e que eles tentam intimidar mesmo, de fato, as famílias, tentam intimidar os movimentos, de todas as maneiras. [...] Eles fazem ronda, essas rondas elas são feitas nas propriedades, com caminhonetes, eu considero que não são vigilantes, nem guardas, eu considero que é uma polícia independente, [...] eles tem autoridade e poder de polícia, eles chegam e simplesmente impõe ali, que você tem que sair, sair, é um negócio complicado. E tem, como diz o outro, por fora, assim, há uma certa pressão, e é uma pressão individual que é mais dura. Por que

a gente vê que os camponeses, se pelo menos eles fossem reunidos, pra ver uma fala num contexto geral, não, eles são individualizados e pressionados individualmente, ali a gente não sabe qual tipo de pressão e repressão que eles sofrem pra poder aceitar esse modelo dessas mineradoras”. (ENTREVISTA DE CAMPO, LIDERANÇA CAMPONESA,2019)

O relato supracitado evidencia a violência do processo expropriatório levado a cabo pelo capital e pelo Estado demonstrando a existência, de fato, da militarização dos territórios e de uma política de contrainsurgência permanente.

Outra estratégia de pressão adotada pelos representantes do poder privado e muitas vezes contando com o aval do Estado é a judicialização do conflito envolvendo as famílias que se encontram no caminho das empresas. As famílias são envolvidas em processos na justiça por se recusarem a vender a sua propriedade para as empresas mineradoras. O objetivo é realizar a expropriação forçada da propriedade camponesa através dos instrumentos legais de concessão do direito minerário e do respaldo da ideologia do “interesse nacional e público” em torno do subsolo e jazidas minerais.

O processo minerário, que compreende os procedimentos legais envolvendo a concessão de pesquisa, obras e serviços auxiliares, até a concessão de lavra junto aos órgãos de mineração (DNPM e MME) já possui em sua concepção uma brecha para a judicialização e a expropriação forçada das comunidades locais:

Diante dessa situação, ou o superficiário faz um acordo “amigável” com o minerador, aceitando uma indenização que poderá ser, no limite, o valor venal da propriedade, ou ela será feita por um juiz, intimando o proprietário ou posseiro da terra a permitir o trabalho de pesquisa “e comunicará seu despacho ao Diretor Geral do DNPM e, mediante requerimento do titular da pesquisa, às autoridades policiais locais, para garantirem a execução dos trabalhos”. (BRASIL, 1967, Art. 27 XII).

Fica explícito que existem “poucas alternativas a disposição dos proprietários superficiários para suspender a territorialização de um empreendimento minerário” (GONÇALVES, 2016, p.273). Nesse caso, a luta pela terra e pela existência por parte do campesinato transforma-se em um desafio tendo em vista a situação de “ilegalidade” a que são impostas.

Sobre a tática da criminalização procedeu-se a entrevista concedida no dia 26/02/2019 por uma família envolvida num processo de judicialização. A família estava em negociação sobre os valores da indenização para a saída da terra. Diferente do que acontece

com grandes proprietários de terra, os valores oferecidos para as comunidades camponesas são inferiores, fato negado pela empresa mineradora.

Sobre o processo de judicialização, o entrevistado afirmou: *“Infelizmente, hoje tudo se vende, se é advogado se vende, não vou falar de juiz, por que pode até pesar pro nosso lado [risadas], você sabe o que eu quero dizer. Então as firmas, com o poder que elas têm, elas usam isso em cima da gente. Eu acho que a intensão deles é nos amedrontar”*. Com o depoimento colhido percebe-se o senso de justiça exigido pelo campesinato vítima da expropriação, mesmo quando este não questiona o processo em si da mineração. Por outro lado, evidencia a possibilidade de convivência (ainda que com contradições) entre latifúndio e mineração dentro da lógica geral de mercantilização da natureza.

A literatura sobre as populações camponesas ensina que a terra possui outro valor que não apenas aquele mediado pelo mercado a exemplo do que Martins (1991) definiu como terra de trabalho x terra de negócio. De acordo com um camponês expropriado da comunidade Macaúba pela empresa mineradora em um relato emocionado, a mudança trazida pela mineração:

foi exageradamente triste pra nós, né. Por que ali era o lugar que a gente tinha a intenção de sobreviver, começando na época do meu avô, passando pelo meu pai, as gerações viverem ali eternamente. Inclusive um dia... a gente até emociona, né [solução]... ocê desculpa... [...] Aí eu perguntei ao meu pai, e essa terra aí, se fosse vender que preço o senhor vendia? A meu filho, isso aqui não tem preço não. Isso é pra gente criar família, cuidar da família, e vai passando de geração pra geração. (ENTREVISTA DE CAMPO, CAMPONÊS EXPROPRIADO, 2019)

Frente a todos esses processos expropriatórios e de expressões concretas da lógica colonialista propiciadas pelos grandes projetos mineradores, a luta pela terra por parte dos povos é parte vital de sua existência. E, ainda que a resistência seja tida como ilegal pelo Estado e pelo capital, segue sendo legitimada pelos “discursos ocultos” e pela resistência cotidiana dos dominados.

A pesquisa do processo de apropriação de terras e recursos territoriais pelas empresas monopolistas internacionais CMO e Mosaic Fertilizantes em Catalão, evidenciam a consecução de um conjunto de estratégias expropriatórias por meio de mecanismos jurídicos, ideológicos, econômicos e políticos de pilhagem e exploração dos povos e da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade do processo de territorialização das mineradoras no município de Catalão (GO), apresenta aspectos importantes que materializam e enriquecem a abordagem teórica do neoimperialismo e da nova onda global de colonização. A evocação permanente por parte das empresas e dos agentes estatais de discursividades “democráticas” e “ambientalistas” expõe na verdade a legitimação de seus (velhos) projetos de expropriação e modernização.

Por meio da fala dos camponeses, revelou-se a sabedoria adquirida no cotidiano de quem luta contra injustiças do sistema jurídico-legal e estatista. A vinculação negativa entre a justiça/política e o dinheiro/lucro no discurso camponês evidenciou um saber insurgente que nega enunciados centrais do Estado e do capital, tal como a neutralidade jurídica e a superioridade das relações mercantis sobre outras formas de se relacionar com os outros e com a natureza. Isso demonstra uma sabedoria camponesa sobre as relações de poder e de exploração.

A afirmação de uma sabedoria tecida com e entre a população camponesa pode ser exemplificada pela metáfora colhida no depoimento de um camponês no município de Catalão (GO) quando apresentou o que chamou de a “Teoria da Porteira”. Nas palavras do próprio esta seria “uma teoria do poder”. O camponês apresentou uma proposta construtiva de auto-organização “de dentro para fora” das comunidades camponesas, contra a lógica em que estavam até então historicamente organizada “de fora para dentro”, seja pela igreja, pelo Estado ou pelos movimentos sociais. A “Teoria da Porteira” emerge do conflito social e da práxis camponesa. É sem dúvida uma importante contribuição para o pensamento crítico ao passo que demonstra uma consciência extrema por parte dos camponeses dos processos sociais, econômicos e políticos aos quais estão submetidos em seus territórios.

Durante a pesquisa percebeu-se que falar em colonialismo na atualidade é esbarrar com ideias e modelos mistificadores da colonização ibérica clássica. Tais modelos desconsideram a importância de diferentes mecanismos como a negociação, cooptação, adaptação, aculturação e epistemicídio. Isso mistificou os processos coloniais reais, como se estes não tivessem tido (e ainda tem) importantes mecanismos de fazer os dominados colaborarem com o sistema geral de dominação.

Observou-se que não obstante o massacre socioambiental sem precedentes ocorrido em Mariana (MG) e Brumadinho (MG), assim como todas as denúncias ao modelo neoextrativista, a política em relação as “áreas de risco” pela mineração tem sido de remanejar as populações ou treiná-las para possíveis desastres, mas em nenhum momento se aponta como política nacional a “desterritorialização” desses grandes projetos extrativistas. Tal

como lembra Porto-Gonçalves (2006), dentro da racionalidade dominante no imperialismo e colonialismo modernos, o que está em debate são as alternativas de desenvolvimento, mas nunca alternativas ao desenvolvimento em si.

Ou seja, tais projetos de modernização capitalista, nas narrativas dominantes, não podem ser questionados em sua raiz. As únicas críticas aceitas são aquelas que tem em vista o “melhoramento” e a “mitigação dos impactos”, para manter intacta a continuidade do processo geral de expropriação dos recursos territoriais e dos povos.

Diante de tal contexto apresentam-se na realidade brasileira e latino-americana dois grandes caminhos diante do neoimperialismo e da nova onda global de colonização: um caminho de integração sistêmica (com soluções institucionais que visem acelerar o desenvolvimento capitalista nacional, sem alterar suas bases moderno-coloniais, para efetivar políticas de elevação do consumo, etc.); outro caminho antissistêmico (que rompa com as relações de exploração e dominação do colonialismo interno e do capitalismo dependente e seus processos imanentes de controle territorial e expropriação dos bens públicos, naturais e coletivos dos povos).

O primeiro tem sido o caminho percorrido pelos governos “progressistas” latinoamericanos que levaram adiante diferentes matizes de projetos neoextrativistas e neodesenvolvimentistas. No entanto, as margens de manobra se apresentam cada vez mais limitadas diante da tendência voraz da nova onda global de colonização e acirramento das disputas imperialistas. O segundo tem sido o caminho das insurgências populares latinomericanas, ainda que muito distintas entre si, incluindo a oposição aos megaprojetos esportivos no Brasil representada pelas jornadas de junho de 2013 (FERREIRA, 2019), ou ainda a “simples” insistência dos povos em resistir nos seus territórios e não se render aos ditames inquestionáveis do progresso moderno-colonial.

Em tempos mais recente assiste-se um aprofundamento de políticas de tipo coloniais e extrativistas pelo atual Governo Bolsonaro e referendadas em grande parte pela velha elite goiana simbolizada pelo poder da família Caiado, tais como: a política de não demarcação de terras indígenas, assim como a mercantilização das terras indígenas e de reforma agrária já demarcadas, ou de expansão da exploração mineral e do agronegócio sobre terras indígenas e áreas de proteção ambiental, ampliação do desmatamento e projetos de colonização da Amazônia junto aos Estados Unidos, retificação dos aparatos repressivos dentro de lógicas de ocupação colonial e contrainsurgentes no campo e na cidade, dentre outras.

A partir do presente artigo procurou-se contribuir com a compreensão do processo histórico geográfico de corte Neoextrativista liberal-conservador, tal como definido por Gonçalves et al (2018). Isso por que ele não “caiu do céu” mas nasceu de frações dominantes antes integradas no interior do próprio modelo neodesenvolvimentista e neoextrativista dos governos petistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÁOZ, H. M. Los dolores de Nuestra América y la condición neocolonial. Extractivismo y biopolítica de la expropiación.- **Revista OSAL Observatorio Social de América Latina**, Año XIII, N° 32, Noviembre de 2012.

ARRIGHI, Giovani; HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. **Movimientos Antisistémicos**. Editorial Akal. Madrid, 1999.

BRASIL. Decreto-lei nº 227 de 28 de fevereiro de 1967, que dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985 de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas). Brasília, 1967.

FERREIRA, Ana Paula da S. de O. Territórios em conflito: a comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFG – Campus Catalão, 2012.

FERREIRA, Andrey C. Estatismo, colonialismo e imperialismo: crítica e (re) definições teóricas. 31ª RBA – Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília – DF, 9 a 12 de dezembro de 2018.

_____. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 1, p. 255-288, 2014.

_____. Ecos de Junho: Insurgências e crise política no Brasil (2013-2018). In: AZEVEDO, Leon (Org.). *Insurgência popular e Estado de Contrainsurgência*. Editora O Lampião, Brasília-DF, 2019.

_____. Genealogias e perspectivas do desenvolvimento: agendas indígenas e agendas da cooperação internacional na América Latina. In: Maria Macedo Barroso; Carla Susana Além Abrantes. (Org.). **Antropologia, cooperação internacional e processos de formação de**

estado: entre práticas de governo e práticas da política. 0ed.Rio de Janeiro: Mauad, 2020, v. 1, p. 1-30.

FRANK, André Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Montly Review**, vol.18, nº4, setembro de 1966.

FREDERICO, Samuel. Globalização do agronegócio e land grabbing – atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Editora Vozes para a Lamparina, São Paulo, 2017.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. No horizonte, a exaustão: Disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás. (Tese de Doutorado). Goiânia, 2016.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. “Colonialismo interno. Una redefinición”. En **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**, compilado por Atilio Borón, Javier Amadeo y Sabrina González, 409-435. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

GUDYNAS, Eduardo. DIEZ TESIS URGENTES SOBRE EL NUEVO EXTRATIVISMO – Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In _____: **“Extrativismo, política y sociedad”**, vários autores, p.187-225. CAAP y CLAES. Quito, Equador. Novembro, 2009.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração. **Informações e análises da economia mineral brasileira**. 6.ed. IBRAM, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

OSÓRIO, Luiz F. B. **O Sistema Mundo no pensamento de Arrighi, Walerstein e Fiori: um estudo comparativo**. IV Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas Mundo, Florianópolis, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CUIN, D. P.; LADEIRA, J. N.; SILVA, M. N.; LEÃO, P. C. R. A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política da terra arrasada à luta pela dignidade. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 708-730, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, R. S. P. **Fundamentos para a criação de um fundo social e comunitário da mineração no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 2012.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino (Jun). 'Land grabbing' e 'Green grabbing': Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial, p. 6-42, jun., 2016.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Ediciones Era, 2004.

SILVA, R. da. A implantação da Mitsubishi em Catalão: estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90. 202f. Dissertação (mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. A New Model or a New Form of Imperialism. In: _____. **The New Extractivism: A Post-Neoliberal Development Model or Imperialism of the Twenty-First Century?**. United Kingdom: Zed books Ltd, 2014. Cap.1, p.19-48.

Submetido em Abril de 2020
Aceito em Agosto de 2020